

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR JOSÉ ALVES VIANA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

**AUTOS DO PROCESSO Nº 1076899 – Secretaria da 1ª
CÂMARA**

REPRESENTAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

REPRESENTADO: NILTON EDUARDO CASTILHO COSTA E SILVA

NILTON EDUARDO CASTILHO COSTA E SILVA, brasileiro, divorciado, portador da CI RG nº 08650588-0, inscrito no CPF nº 013.052.997- 44, natural de São Paulo- SP, nascido em 19 de abril de 1970, filho de Maria Salomé de Castilho e Nilton Silvério Costa e Silva, residente e domiciliado na cidade de Araguari-MG, na Rua Joviano Troncha, 1200, Edifício Sucupira, Bloco B, Apto 21, por sua advogada que esta subscreve (Instrumento de Procuração incluso), vem à presença de Vossa Excelência, nos autos do processo nº 1076899, em trâmite pela 1ª secretaria, apresentar sua

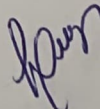
DEFESA

Pelo que passo a expor:

Primeiramente, oportuno salientar, que é incabível o prosseguimento do feito com relação ao representado e ex Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Habitação, **NILTON EDUARDO CASTILHO COSTA E SILVA**, tendo em vista que o mesmo apenas requisitou a abertura de processo licitatório para contratação da reforma do citado imóvel, e nada mais, não podendo ser responsabilizado por supostas irregularidades nos procedimentos de contratação realizados pelo Departamento de Licitação, o que será demonstrado pelas alegações e comprovações a seguir:

DA TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista, que o prazo se inicia com a juntada nos autos do último AR, comprovando a citação válida dos representados, estas razões de defesa deverão ser aceitas como tempestivas.



DOS FATOS

Trata-se de Representação apresentada pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, em desfavor de Raul José de Belém, Lucélia Aparecida Vieira Rodrigues, Nilton Eduardo Castilho Costa e Silva, João Batista de Arantes da Silva, Leopoldo Alves Borges, Fernando de Almeida Santos, Fabiano de Oliveira Borges, Odon de Queiroz Naves, Pedro da Costa Vieira, Renato Antônio Vieira da Cunha, Antônio Marcos Santos Rodrigues, Leonardo Furtado Borelli, NMN de Rezende Eireli – ME, após instauração de Procedimento Preparatório, para apurar eventuais irregularidades na locação e reforma do imóvel destinado à instalação do Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e outras Drogas – CAPS e na contratação da empresa NMN de Rezende Eirelli – ME, pelo Município de Araguari.

É o que basta relatar.

Ora, Senhor Conselheiro, este Ministério Público de Contas, enquanto defensor da ordem jurídica e do erário, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, arrolou como representado, NILTON EDUARDO CASTILHO COSTA E SILVA, que na oportunidade dos fatos tidos como irregulares, ocupava o cargo de Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Palnejamento, Orçamento e Habitação, na qualidade de agente requisitante da abertura do processo licitatório visando a contratação de empresa para a execução das obras de reforma e adequação do imóvel situado na Av. Pe Norberto, 105 – Bairro Jardim Regina.

Nota, senhor conselheiro, que o secretário de planejamento, Orçamento e Habitação, ora representado, foi responsável apenas pela requisição/solicitação do procedimento licitatório para agilizar o processo, em virtude de que o Município precisava cumprir exigência contida no Termo de Ajustamento de Condutas, que visava à implantação do CAPS-AD, cuja cópia do Termo de Audiência se encontra às fls. 36, dos autos dessa representação.

Verifica-se também que na solicitação formulada, não há indicação de qual procedimento licitatório deveria ser adotado para a contratação dos serviços de reforma do imóvel.

É imperioso afirmar que em nenhum momento, o representado e então secretário autorizou o afastamento dos princípios norteadores da atuação administrativa, pois sempre soube que a dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação pressupõem a formalização de processo pertinente, e não pode ser penalizado por atos praticados por terceiros.

Da mesma forma, não é de responsabilidade da secretaria de planejamento a fiscalização do contrato, cuja função é exclusiva da secretaria de saúde, e do corpo técnico da secretaria de obras.

Há de ser destacado ainda, que cabe à Secretaria de Administração, por intermédio do Departamento de Licitações a responsabilidade para deflagrar todo e qualquer processo licitatório, e da mesma forma, a escolha da modalidade do procedimento licitatório mais viável a ser utilizado para contratação, amparado por parecer jurídico, o que pode ser comprovado pelos ditames do Decreto 107, 17 de julho de 2013, notadamente em seu art. 3º, o qual faz parte do rol de documentos acostados aos autos da representação:

Art. 3º - Ao Secretário de Administração, além das responsabilidades aduzidas no art.1º, deste Decreto, fica ainda delegada competência para:

...

...

III – Autorizar, homologar, adjudicar ou cancelar procedimento licitatório, desde que não ultrapasse o valor estabelecido no § 2º, do art. 1º, deste Decreto.

IV – Ratificar as dispensas de licitação, previstas no art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, e justificativas de retardamento contido no art. 26 e seu parágrafo, todas da Lei 8666/93, observado o limite estabelecido no § 2º, do art. 1º, deste Decreto.

Não obstante as supostas irregularidades trazidas pelo Ministério Público, objetos desta Representação, resta evidente por todo o conteúdo contido nos autos da representação, corroborada por todo o acervo documental, que Nilton Eduardo Castilho Costa e Silva, não praticou qualquer uma das irregularidades apontadas na Representação, sendo seu único ato, a formalização de pedido para a contratação, subsidiado pela urgência em atender o que fora pactuado no Termo de Ajustamento de Condutas.

Destaque-se, que a solicitação de uma empresa para realizar determinada finalidade, para atender ao interesse público não é manifestamente ilegal, posto que consubstancia apenas o pedido para a contratação da prestação de serviço.


Observa-se, que no pedido formulado pelo representado e Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Habitação, não contém a modalidade licitatória, e nem faz alusão a qualquer ato considerado ilegal, ou seja, apenas solicita o serviço, ficando aos cuidados da Secretaria de Administração, conforme previsão legal, a instauração do certame licitatório, e à secretaria de saúde conjuntamente com a secretaria de obras, a fiscalização do contrato.

São essas as considerações e razões de defesa de Nilton Eduardo Castilho Costa e Silva, pelas quais resta comprovado que o mesmo não praticou ato ilícito ao requisitar a abertura de processo licitatório visando a contratação de empresa para a execução de obras de reforma e adequação do imóvel situado na Av. Pe Norberto, 105 – Bairro Jardim, não tendo o ato de requisitar causado qualquer prejuízo para o erário público.

Por todo o exposto, ausente o dolo e a má-fé, no ato de requisitar abertura de procedimento licitatório, e ainda não tendo o ato requisatório qualquer atentado aos princípios norteadores da Administração Pública, o pedido é no sentido de solicitar a aceitação dos esclarecimentos e razões da defesa, culminando com a exclusão de Nilton Eduardo Castilho Costa e Silva, na qualidade de representado.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Araguari, 10 de março de 2021.


Lúcia de Araújo
OAB/MG